

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 8246/2006 (2.ª série). — Considerando a aptidão e a experiência do vice-almirante José Deolindo Torres Sobral como director-geral do Gabinete Nacional de Segurança;

Considerando que a nomeação, em comissão normal, do vice-almirante José Deolindo Torres Sobral como director-geral do Gabinete Nacional de Segurança terminou no dia 10 de Dezembro de 2005, sem prejuízo de se ter mantido em funções de gestão, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando que estão reunidos os requisitos para o exercício de funções públicas por aposentados e reservistas, previstos nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 179/2005, de 2 de Novembro:

1 — Nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 217/97, de 20 de Agosto, do artigo 146.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, do n.º 3 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a nomeação, em comissão normal, do vice-almirante na situação de reserva José Deolindo Torres Sobral como director-geral do Gabinete Nacional de Segurança, cujo currículo académico e profissional faz parte integrante do presente despacho e é publicado em anexo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 11 de Dezembro de 2005.

29 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

O vice-almirante José Torres Sobral é, desde 23 Dezembro de 2002, autoridade nacional de Segurança e, por inerência, o director-geral do Gabinete Nacional de Segurança.

No período de 1997 a 2002, o vice-almirante José Sobral foi director-geral do Instituto Hidrográfico, após ter exercido, em 1997, o cargo de adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e assessor pessoal para o Projecto SICOM, na sequência lógica de imediatamente antes ter exercido, durante dois anos, o cargo de chefe da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do EMGFA, representante nacional no NATO C3 Board e ainda director do Programa SICOM, principal responsável pela edificação do segmento nacional do NATO Terrestrial Transmission System.

Precedendo o exercício de cargos no EMGFA, no seio da Marinha, quando foi promovido a contra-almirante, exerceu os cargos de chefe de gabinete do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, antecedido de director do Serviço de Formação. Foi ainda comandante do grupo n.º 1 das Escolas da Armada.

Como oficial superior, após frequentar, no posto de capitão-tenente, o mestrado em Oceanografia na Escola Nacional Superior de Técnicas Avançadas de Paris, prestou serviço no Instituto Hidrográfico, onde exerceu múltiplos cargos e funções ao longo de 15 anos de actividade, com especial realce para os cargos de director técnico e científico, subdirector-geral e director-geral interino.

Como primeiro-tenente exerceu os cargos de comandante do NRP *Ariete* a operar em Angola, ajudante de campo do Ministro da Defesa Nacional e chefe do Centro de Comunicações do MDN.

Ainda enquanto oficial subalterno foi comandante das lanchas de fiscalização NRP *Vénus* e NRP *Mercúrio*, nos teatros de operações de Angola e Moçambique, em apoio a operações de fuzileiros. Antes, porém, prestou serviço a bordo de diversas unidades navais como oficial de guarnição e especializou-se em Comunicações.

O vice-almirante José Torres Sobral nasceu em Lisboa, em 6 de Outubro de 1942, entrou para a Escola Naval em Setembro de 1959, tendo concluído a licenciatura do curso de Marinha em Agosto de 1962.

O vice-almirante Sobral possui diversos louvores e condecorações nacionais, de que se salientam seis medalhas militares de serviços distintos, sendo uma com palma, e a Ordem Militar de Avis, grau de grande-oficial.

O vice-almirante José Torres Sobral é casado com Maria Celeste, sendo pai de Alexandre e Sofia e avô de três netos.

Declaração (extracto) n.º 59/2006 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 15 de Março de 2006, a pedido da Câmara Municipal de Alenquer, declarou a utilidade pública da expropriação com carácter urgente da parcela de terreno a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

Prédio urbano, com a área de 405 m², propriedade dos herdeiros de José Maria Froes da Silva Gil Ferrão: Instituto de Beneficência Maria da Conceição Ferrão Pimentel, Maria Luísa Rosa da Silva Ferrão, Nuno Maria Ferreira Froes Ferrão, Isabel Maria Serra Froes Ferrão Ouazad, Maria Teresa Froes Ferrão Quintela Lucas, Maria Delfina Froes Ferrão Quintela Lucas, Abílio Manuel Ferreira Froes Ferrão, Maria Teresa Ferreira Froes Ferrão da Costa Luís, Cecília Maria Guitarte Reine Ferrão, Cecília Maria Guitarte Ferrão Marques, Maria do Céu Guitarte Ferrão, Maria do Mar Guitarte Ferrão, Maria do Rosário Machado Ferrão Alves Antunes, João Manuel Machado Ferrão, Ana Maria Machado Ferrão, Pedro Manuel Machado Ferrão e Filipa Maria Correia Guerra Machado Ferrão, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Santo Estêvão sob o artigo 1186, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alenquer sob o n.º 23 761.

A expropriação destina-se à remodelação do troço urbano do rio Alenquer.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 30/DSJ, de 8 de Março de 2006, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.009.05, daquela Direcção-Geral.

21 de Março de 2006. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER		
Requerente	Câmara Municipal de Alenquer	Proc. n.º
Local	Sta. Catarina - Sto. Estêvão, Alenquer	Data
Finalidade	Processo de Expropriação por Utilidade Pública	Escala
		1:2000